



Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO AÇORIANO

L E I No. 2.848/94

ARTIGO 3o. - Compete "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVENIO COM O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ATRAVES DA CORSAN - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO"

FERULIO TEDESCO NETTO, Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1o. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da CORSAN - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO, que tem por finalidade a conclusão da adutora que capta água na rede de água do Loteamento da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB -, a canalização para o loteamento Vila Rica, a execução da adutora que captará água do Rio dos Sinos, na localidade de Monjolo e a canalizará até a ETA - Estação de Tratamento de Água da CORSAN, na sede do Município, de forma a solucionar o problema de abastecimento de água na área urbana do Município.

ARTIGO 2o. - Compete ao Município colocar à disposição da CORSAN:

- 01 retroescavadeira
- 03 servidores para execução dos serviços das adutoras
- transporte de material (canos) da Sede do Município aos locais das obras
- fornecimento de eventual equipamento para desmonte de trochas
- pavimentação



Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO AÇORIANO

ARTIGO 3o. - Compete à Companhia Riograndense de Saneamento:

- fornecer todo material necessário para a execução das obras
- os demais servidores que executarão as instalações hidráulicas e os técnicos responsáveis pela obra
- elaboração dos projetos

ARTIGO 4o. - O prazo de vigência do Convênio será de 90 (noventa) dias.


ARTIGO 5o. - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do exercício vigente.

ARTIGO 6o. - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a fim de dar cumprimento ao Convênio, para preenchimento dos seguintes cargos:


Categoria Funcional	No. Cargos	Padrão
Operário	03	02

ARTIGO 7o. - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 04 de outubro de 1994


FERULIO TEDESCO NETTO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE


EDIT VON SALTIEL
Responsável pela Secretaria
de Administração